

A CONTRIBUIÇÃO DOS ESTUDOS LATINO-AMERICANOS PARA A CONSTRUÇÃO DO CAMPO DE GESTÃO SOCIAL

Debate ou discussão em teoria social

GT 17- Pensamento latino-americano e teoria social

Bibiana Volkmer Martins, UFRGS¹
Rosinha Machado Carrion, UFRGS²

Resumo:

Segundo Tenório, Cançado e Pereira (2011), tendo em vista o esgotamento das teorias organizacionais tradicionais, o campo de gestão social vem, desde o início da década de 1990, buscando inserir-se como uma alternativa ao modelo anglo saxônico de gestão. Todavia, passados cerca de vinte anos, essa proposta ainda não apresenta uma definição unânime quanto ao seu conceito, nem à sua lógica de atuação. Assim, este ensaio busca trazer um novo olhar, a partir de perspectivas latino-americanas, que seja capaz de distanciar-se do eurocentrismo das teorias anglo saxônicas. Para tanto, propõe que a gestão social transcenda o modelo tradicional e seja capaz de abarcar diversas epistemes e alteridades.

Palavras-chave: Gestão Social. Estudos Latino-americanos. Eurocentrismo.

Introdução

De acordo com Cançado, Tenório e Pereira (2011) o esgotamento das teorias organizacionais tradicionais tem levado a uma busca por alternativas teóricas desde a década de 1980. Essa busca se deve, em parte, ao fato dessas teorias organizacionais tradicionais, com base anglo-saxônica, não terem sido capazes de proporcionarem uma ruptura na sua lógica de atuação, apesar de terem passado por diferentes fases.

Na tentativa de apresentar-se como uma alternativa ao modelo tradicional dos estudos organizacionais, a gestão social, vem buscando seu espaço, desde meados dos anos 1990. Diversos pesquisadores como Tenório, Carrion, França Filho, Fischer, entre outros, têm trabalhado no intuito de definir o campo e a lógica de atuação da gestão social. Nesse sentido, alguns estudos a ligam a uma perspectiva mais ampla como demandas e necessidades do social, outros a vinculam a uma problemática mais micro, aproximando-a da gestão pública. Outros ainda procuram uma maior definição do conceito por meio de uma perspectiva habermasiana. Apresenta-se também como recorrente em vários trabalhos a inclusão de expressões como democracia, participação, ausência de coerção, dialogicidade e emancipação. Contudo, passados cerca de 20 anos, a gestão social ainda não apresenta uma definição unânime quanto ao seu conceito nem à sua lógica de atuação (Shommer, 2009; Cançado et al., 2011).

Diante desse cenário, este ensaio busca suporte em teóricos latino-americanos como Quijano, Lander, Coronil, Mignolo e Dussel com o objetivo de reunir argumentos que ajudem na concepção de uma visão de gestão social que se distancie do eurocentrismo ao qual se encontram atreladas a maioria das tentativas de formulação de seu conceito; e que, ao mesmo tempo, seja explicada pelo contexto

atual e pelo qual se inseriu na década de 1990, de modo a tentar contribuir com uma maior definição desse campo de estudos diante da realidade dos países periféricos.

Para atingir o objetivo proposto, o presente trabalho encontra-se dividido em quatro tópicos além desta introdução. O primeiro deles apresenta as propostas das perspectivas latino-americanas sobre colonialidade do poder, tratando questões como eurocentrismo nas ciências sociais e a possibilidade da adoção da proposta de trans-modernidade apontada por Dussel. A segunda seção versa sobre as tentativas realizadas pelos principais autores da área de gestão social, no sentido de uma definição do campo. O terceiro tópico apresenta a proposta deste ensaio para uma nova visão de gestão social, a partir das perspectivas latino-americanas. Por último, são realizadas as considerações finais deste ensaio.

1. Estudos Latino-Americanos

Conforme Porto-Gonçalves (2005, p. 3), os estudos latino-americanos partem da premissa de que apesar de os europeus imporem o capitalismo como o único sistema mundial possível, e seu conhecimento como universal, isso de modo algum significa que ele seja homogêneo (Coronil, 2005) ou que a episteme europeia seja capaz de abarcar toda “[...] a complexidade das distintas formações que se constituíram em cada lugar e região do mundo nesse encontro” da Europa com o restante do mundo, a partir, principalmente de 1492, com a ‘descoberta’ da América (Porto-Gonçalves). Assim, para Porto-Gonçalves (p. 3), o entendimento do saber europeu como universal “nos impede de compreender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemes que lhe são próprias”.

Desse modo, com o intuito de esclarecer essa lacuna, é preciso primeiro o entendimento de que a ideia de modernidade³ é algo superado e, segundo, o reconhecimento de que a Europa só começa a adquirir condições para se estabelecer como centro do mundo, a partir da descoberta da América. Este último transforma em uma falácia a ideia de que a modernidade se expandiu a partir da Europa, como um *continuum*, para o restante do mundo (Porto-Gonçalves, 2005).

De acordo com Dussel (2002b, p. 51) existem dois paradigmas diferentes para interpretar a modernidade, um eurocêntrico e o outro mundial. O primeiro “[...] a partir de um horizonte unicamente eurocêntrico, propõe que o fenômeno da modernidade é *exclusivamente* europeu; que vai se desenvolvendo desde a Idade Média e se difunde posteriormente em todo o mundo”.

Por outro lado, o segundo paradigma, “a partir do horizonte mundial, concebe a modernidade como a cultura do centro do ‘sistema-mundo’⁴, do primeiro ‘sistema-mundo’ – pela incorporação da Ameríndia – e como resultado da gestão da dita ‘centralidade’” (Dussel, 2002b, p. 52). Dessa forma, Dussel (2002a; 2002b) nos apresenta que a modernidade europeia, na visão deste paradigma, é um fenômeno do próprio sistema, o qual possui centro e periferia; não é autopoietica e autoreferente, mas é parte do paradigma mundial, é o centro do sistema-mundo.

Dussel (2002a; 2002b) defende a existência de uma tese condicionante desse segundo paradigma, a de que a centralidade europeia no sistema-mundo não foi construída devido a uma superioridade intrínseca da Europa, mas graças à “descoberta” das Américas, a qual foi possível devido a uma conjuntura de fatos (políticos, econômicos, geopolíticos, culturais e técnicos) que lhe concederam vantagem comparativa a países do mundo otomano-muçulmano, como a Índia e a China. Para o autor foi a partir de então que a Europa passou a acumular potencial suficiente para superar as culturas asiáticas a partir do século XVIII.

Apontar a centralidade europeia como existente há apenas dois séculos, permite que se faça a suposição de que “[...] o que não foi incluído na modernidade tem uma grande chance de emergir como potencialidade, em muitas das culturas que foram cegadas [...]” pela superioridade, na sua grande maioria, aparente da cultura ocidental e da modernidade (Dussel, 2002a, p. 221).

Assim, as ideias de uma única ordem social possível, de uma globalidade inevitável e um conhecimento universal fazem parte de uma narrativa histórica adequada ao pensamento neoliberal, o

qual é despojado de opções civilizatórias (Lander, 2005). Lander postula que a sociedade liberal foi naturalizada como a única possível e também a mais avançada, relegando as diversas sociedades ao redor do mundo ao posto de inferiores. Fator esse, que colaborou para a dificuldade das ciências sociais em apresentar alternativas epistêmicas que fossem reconhecidas como válidas pelos centros hegemônicos e pelos próprios países periféricos. Com isso, “[...] a exclusão, como critério civilizacional, de tudo que não era europeu também deu à Europa - que já tinha hegemonia militar, econômica e política – dominação cultural e ideológica”; de modo que o que não era europeu acabou por desaparecer das considerações práticas e teóricas. Foi nesse contexto histórico-cultural que se constituíram e que ainda constituem as disciplinas das ciências sociais.

Desse modo, o questionamento ao eurocentrismo proposto pelos autores latino-americanos aqui trazidos é “[...] uma crítica em relação a sua episteme e à sua lógica de atuação que opera por separações sucessivas e reducionismos vários” (Porto-Gonçalves, 2005, p. 3). Para Lander (2005, p. 10) ao se construir uma visão universal a partir da experiência particular europeia e “[...] realizar a leitura da totalidade do tempo e do espaço da experiência humana [...]” desse ponto de vista, o que se constitui é uma universalidade excludente, a qual, segundo Quijano (2005) intitula-se colonialidade do poder. Por isso, a imagem ideológica hegemônica que se formou com a modernidade não é equivalente à estrutura social, mas é a maneira pela qual um grupo (europeus) concebe a estruturação social (Mignolo, 2005). Mignolo postula então, que a colonialidade é constitutiva da modernidade.

A colonialidade, nesse sentido, é formada por relações assimétricas de poder, as quais se iniciaram com o colonialismo⁵ na América, no final do século XV, e permanecem nos dias atuais (Quijano, Mignolo, Lander, 2005). Ou seja, as antigas colônias europeias obtiveram emancipação política de seu território em relação aos países colonizadores, mas continuaram a depender da episteme, dos padrões de produção, do universo simbólico europeus, ocupando, para tanto, segundo o discurso pós-moderno, um lugar passivo (subdesenvolvido), cuja diferença é tida como inferior. Todavia, Mignolo (2005, p. 34) postula que tal postura não implica que as antigas colônias tenham, de fato “[...] um lugar passivo na modernidade e no capitalismo”, mas que persistem nelas formas de submissão imperial pós-colonial (Coronil, 2005).

Como forma de criar alternativas ao conhecimento produzido nos centros hegemônicos Dussel (2002a), propõe que não se pense em termos de pós-modernidade⁶, a qual ele relata não criticar a centralidade do eurocentrismo - isto é, faz uma crítica em relação ao “moderno” e não ao “europeu”⁷ -, mas que se pense em termos de trans-modernidade. Essa nova forma de pensar afirma a existência de uma modernidade que “vem de fora”, “[...] dos componentes essenciais das próprias modernidades das culturas excluídas, a fim de desenvolver uma nova civilização para o século XXI” (Dussel, p. 224).

Tal projeto transcende a modernidade ocidental e possui importante função criativa. Apresenta-se como uma correalização da solidariedade entre as diversas dicotomias apresentadas pela modernidade – como centro/periferia - bem como entre as diversas raças, etnias e classes. Sendo assim, não é um projeto de negação, mas de incorporação de tudo aquilo que foi excluído da modernidade (Dussel, 2002a; 2003). Desse modo, “[...] a ‘trans’-modernidade será multicultural, versátil, híbrida, pós-colonial, pluralista, tolerante e democrática (mas para além da democracia liberal moderna do Estado europeu)” (Dussel, 2002a, p. 236).

Contudo, é necessário ressaltar que não se trata de uma proposta de produção de saberes locais ou regionais, pois desse modo se cairia na falácia de que existe um conhecimento universal - o europeu - e os demais saberes seriam relegados aos seus locais de origem. Trata-se aqui de uma proposta de produção de conhecimento que seja capaz de dialogar com o legado europeu, mas também com as mais distintas matrizes de racionalidades e diferentes pontos de partida (Porto-Gonçalves, 2005).

2. Gestão Social: um Conceito em Construção

De acordo com Tenório (2009), a preocupação com o desenvolvimento da gestão social originou-se durante o *Seminário Iberoamericano de Desarrollo de Profesores em Gerencia Social*, em 1992, na Bolívia. No Brasil, foi a partir, principalmente, da segunda metade da primeira década do século XXI, que autores como Carrion, Fischer, França Filho, Tenório e um novo grupo de pesquisadores que se juntou a eles, passaram a se debruçar sobre a temática no intuito de propor uma delimitação inicial ao campo, com o objetivo de, justamente, apresentar a gestão social como uma alternativa à visão tradicional de administração, não necessariamente oposta, mas diferente (Caçado et al., 2011).

Schommer e Boullosa (2011) apontam a gestão social como um campo de conhecimentos e práticas interdisciplinares cuja consolidação é recente. As autoras ressaltam que um dos caminhos para a compreensão da gestão social, aponta-se na sua possibilidade como ampliadora e redefinidora da esfera pública⁸. O termo associa-se a um novo padrão de relações entre Estado e sociedade no contexto contemporâneo, no qual é revista a primazia do Estado no que se refere aos processos de transformação social, de maneira a incorporar novos atores e interesses.

A expressão, que “[...] costumava ser utilizada para designar variadas práticas sociais [...]” relacionadas “[...] às noções de cidadania corporativa ou de responsabilidade social empresarial [...]”, passa “[...] a representar um modo especial de problematizar realidades sócio-interacionais complexas e, sobretudo, de geri-las” (Schommer; Boullosa, 2008, p. 1). Schommer e Boullosa argumentam ainda que, *a priori*, o objetivo é de uma gestão voltada para o social, cujo foco não seja estritamente econômico, mas que promova modelos decisórios emancipatórios, por meio de práticas dialógicas que privilegiem o social.

Nesse sentido Oliveira, Caçado e Pereira (2010, p. 615), postulam que a esfera pública, em especial o modelo habermasiano⁹ constitui uma das bases de compreensão e consolidação do conceito de gestão social, justamente por permitir a partir da “análise das tensões e transformações culturais consequentes do capitalismo” uma interlocução entre Estado e sociedade. Os autores (p. 618), postulam que aspectos como a “[...] dialogicidade entre sociedade e Estado; formação da opinião pública pela sociedade civil organizada e espaços públicos compartilhados entre sociedade e Estado, com poder de decisão sobre os ‘negócios públicos’”, são fundamentais para o entendimento do conceito de gestão social.

Em consonância, Tenório (2008) e Caçado et al. (2011) apresentam a gestão social como uma possível ‘linha de fuga’ em relação à hegemonia apresentada pela tradição positivista, a qual os autores intitulam ‘gestão estratégica’ – focada na racionalidade utilitarista - que não tem permitido o desenvolvimento de ações emancipadoras por parte tanto de administradores quanto de seus administrados. Portanto, para Tenório (p. 40), a gestão social se configura como um “processo gerencial dialógico onde a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação (ação que possa ocorrer em qualquer tipo de sistema social – público, privado ou de organizações não-governamentais)”. Dessa forma, o tema, para além das discussões sobre gestão de políticas sociais, organizações do terceiro setor, pobreza e meio ambiente, apresenta-se como uma possibilidade de discussão sobre gestão democrática, participativa, tanto no que se refere à formulação de políticas públicas, quanto às relações de caráter produtivo (Tenório).

De acordo com tal visão, o adjetivo social, que acompanha o termo gestão, deve ser entendido como um “espaço privilegiado de relações sociais onde todos têm o direito a fala, sem nenhum tipo de coação” (Tenório, 2008, p. 40). Assim, para Tenório, a sociedade e o trabalho, na gestão social, devem configurar-se como protagonistas da relação sociedade/Estado e trabalho/capital, de forma a enfatizar o seu papel nessa interação. Nesse ponto o autor insere o pensamento habermasiano para postular que os fundamentos do conceito de cidadania deliberativa propostos por Habermas possibilitam o aporte para

que se pensem possibilidades de políticas públicas que sejam concertadas democraticamente nas relações referidas.

Cançado et al. (2011, p. 689) apontam que em texto mais recente, Tenório (2011) apresenta três suposições acerca de gestão social: (i) seu conceito é subserviente à realidade republicana brasileira; (ii) é tido como uma utopia, justamente por apresentar uma visão que vai de encontro ao conceito de gestão estratégica e, portanto, não cabe em seu escopo; (iii) não se configura como um conceito sedimentado, apresentando-se como “[...] uma mediação entre a consciência e a realidade”.

Por sua vez, França Filho (2008, p. 28) trabalha com o conceito de gestão social como sujeito a várias interpretações – necessitando de maior precisão conceitual – e atrelado ao termo terceiro setor, o que lhe proporcionou visibilidade e permitiu “[...] indicar uma nova configuração do padrão das relações entre Estado e sociedade como forma de enfrentamento das problemáticas mais contemporâneas”. Em complemento, o autor (França Filho: 2003; 2008) sustenta que o termo pode ser entendido tanto por sua finalidade, como enquanto um meio (um processo), o qual não é orientado para uma finalidade econômica.

Contudo, ao propor a gestão social como um processo, o autor questiona qual gestão não seria social, a partir do momento que envolve pessoas e relacionamento humano. Assim, França Filho (2003; 2008) considera que toda gestão possui uma dimensão social e, de modo a explicar o conceito de gestão social, o autor propõe seu desmembramento em dois níveis de análise: o ligado à problemática da sociedade (nível societário); e aquele capaz de associá-la à modalidade de gestão em nível organizacional¹⁰.

Por fim, França Filho (2008, p. 32) postula que a gestão social corresponde “[...] ao modo de gestão próprio às organizações atuando num circuito que não é originariamente aquele do mercado e do Estado [...]”, embora em muitos casos essas organizações acabem mantendo relações com instituições privadas e públicas, por meio de diversas formas de parcerias para realização de projetos. As organizações atuantes nesse âmbito caracterizam-se ainda por não perseguirem objetivos econômicos (os utilizam somente como meio para atingirem seus fins).

Fischer (2006, p.797) apresenta a gestão social (ou gestão do desenvolvimento social) como um campo que “[...] é um reflexo das práticas e do conhecimento construído por múltiplas disciplinas, delineando-se uma proposta multiparadigmática, de natureza interdisciplinar”. Desse modo, para a autora (p. 796) gestão social é aquela que “[...] orienta-se para a mudança e pela mudança, seja de microunidades organizacionais, seja de organizações com alto grau de hibridização, como são as interorganizações atuantes em espaços territoriais micro ou macroescalares”.

Já na perspectiva de Carrion (2009a), a gestão social vem configurando-se por dois movimentos distintos. Um orquestrado por aqueles que a entendem como um conjunto de diretrizes de coordenação de ações “[...] com vistas à humanização do processo de geração de riqueza sob o regime de acumulação capitalista”. Outro que consiste na concepção de que “um outro mundo é possível” (slogan dos Fóruns Sociais Mundiais), mediante uma revolução política. Uma revolução com base na “[...] criação de outras formas e outras modalidades de produção e relação social, calcadas na solidariedade, na valorização do trabalho e na autogestão, concomitantemente ao modelo capitalista” (p. 7).

Carrion (2009a) ainda afirma que a gestão social “[...] veio se estabelecer face à necessidade de se construir um espaço não econômico e não exclusivamente filosófico/político para se problematizar os enfoques acerca do desenvolvimento”. Chegou também para dar suporte à coordenação das ações de atores que não interagem de forma cooperativa tradicionalmente (Estado, organizações sociais, terceiro setor, empresas). Por fim, Carrion, ressalta a importância de a gestão social ser pensada também dentro do contexto global no qual se desenvolve, de modo a não alienar o conceito (e a prática) em torno das forças locais que sustentam os fenômenos nas comunidades (sem que isso signifique o menosprezo a sua importância).

Assim, percebe-se que a conceituação de gestão social não encontra unanimidade, nem é entendida como finalizada. Posto isso, o próximo tópico busca trazer a proposta deste ensaio de modo

tentar contribuir com uma maior definição do campo da gestão social diante da realidade dos países periféricos.

3. Proposta de uma Nova Visão de Gestão Social a partir das Perspectivas Latino-Americanas

Antes que se abordem as contribuições dos estudos latino-americanos para o campo da gestão social, é impar que se contextualize o seu surgimento, em meados dos anos 1990. Para tanto, é fundamental que se enxergue não só o nascer do campo, mas também o aumento de pesquisadores o discutindo, a partir de um cenário marcado pela assunção do modelo neoliberal como ideologia e prática dominantes, projetados em sintonia com o eurocentrismo.

Aliada ao neoliberalismo e em grande parte, como sua consequência, ocorreu, em meados dos anos 1980, a democratização do Estado brasileiro, que trouxe consigo a inserção de mecanismos de democracia direta e participação para a sociedade (Dagnino, 2004). Em consonância, em 1995, sucedeu-se ainda a reforma do aparelho estatal, a qual foi responsável pela transferência de responsabilidades que antes pertenciam ao Estado - como a de provedor das questões sociais - para a sociedade, passando aquele a exercer somente o papel de regulador nesse processo e fortalecendo-se assim nas questões atinentes à manutenção do mercado (Carrion; Costa, 2010). Portanto, o que ocorreu não foi um enfraquecimento total do Estado, mas uma transformação nas suas funções, de modo a gerar as condições necessárias à reprodução do capital (Ball, 2004; Liguori, 2003). Com isso, o enfraquecimento das funções provedoras do Estado, bem como o fortalecimento da sociedade civil foram apresentados como solução para a democratização e diminuição da exclusão social (Medeiros, 2007).

O campo da gestão social surge, então, em meio a todas essas mudanças e em consonância à emergência das organizações sociais, principalmente as organizações não governamentais (ONG), como legítimas representantes da sociedade civil, sob o discurso de serem capazes de contribuir para a expectativa de democratização que fora desencadeada com a Constituição de 1988 (Ckagnazaroff et al., 2007). A proposta de gestão social nasce assim, com o foco na busca pelo entendimento da gestão de políticas sociais, que no cenário apresentado passava a ser marcada pela inserção de novos atores além do Estado, como as organizações sociais e as empresas privadas. O objetivo, segundo Tenório (2008), era perseguir uma gestão democrática, participativa, tanto na formulação de políticas públicas, quanto nas relações de caráter produtivo. Proposta essa que vai ao encontro do discurso neoliberal de democracia.

Diante ao exposto e levando em consideração as propostas apresentadas acerca da definição do campo de gestão social, é relevante que se apresente a opção feita neste ensaio como ponto de partida para a construção de uma nova visão do campo a partir dos estudos latino-americanos. Assim, para este trabalho, primeiramente, a gestão social é entendida conforme Cançado et al. (2011), como uma alternativa à gestão tradicional, com base anglo-saxônica; segundo, é feita a opção por inseri-la na visão de que “um outro mundo é possível”, apresentada por Carrion (2009); por fim, seu foco não é entendido como estritamente econômico, mas visando a promoção da libertação dos sujeitos para atuação em práticas que privilegiem o social. Nesse sentido, tal visão se posiciona de modo oposto ao olhar estratégico, que busca coordenar ações de humanização do processo de geração de riqueza sob a égide capitalista de acumulação (Carrion, trazida por alguns autores).

Dito isso, alguns aspectos com base nos estudos latino-americanos podem contribuir largamente para o campo em questão. O primeiro deles é a possibilidade de distanciamento da gestão social da episteme eurocêntrica. A partir do momento que se busca na gestão social, conforme apontam Schommer e Boullosa (2009) uma gestão voltada para o social, cujo foco não seja estritamente o econômico, é necessária uma ruptura em relação à lógica de atuação da gestão tradicional, para que de fato se consiga um pensar além do modo de reprodução capitalista. Daí decorre a negação deste ensaio

na percepção da gestão social como diretrizes de ação inseridas na lógica do capital, justamente por não qualificar o campo como mais uma adaptação realizada dentro das teorias organizacionais tradicionais.

Nesses termos é necessário ainda um certo distanciamento em relação à episteme eurocêntrica, no que diz respeito aos autores utilizados para se teorizar acerca da gestão social. Para Dussel (2002a, p. 231), “[...] de Hegel, Marx, Comte a Weber - incluindo Freud, Husserl, Heidegger, Popper, Levinas, Foucault, Lyotard e Habermas - o eurocentrismo brilha sem oposição”. Dessa forma, percebe-se que grande parte dos pesquisadores trazidos neste estudo busca em autores europeus, com ênfase em Habermas, a base epistemológica para construção do campo. Assim, acaba-se por reproduzir a máxima da modernidade de que há “um brilho especial” na cultura europeia (Dussel), que a possibilita ditar os parâmetros “da boa vida” aos mais diversos lugares do mundo.

É relevante apontar que dentro do próprio campo da gestão social, existem autores como Pinho (2009) que chamam atenção ao perigo de buscar reproduzir teorias sem uma construção legítima que as justifique. Assim, o uso das teorias habermasianas para entender institutos como democracia, dialogicidade, esfera pública, entre outras, pode não dar conta da realidade brasileira. Para Pinho (p. 37) “a Alemanha de Habermas não é definitivamente aqui! Todas as condições requeridas pelo referencial habermasiano nos faltam, ainda que estejam em (lenta) construção”.

Conforme Leal (2003), o Brasil teve sua história marcada pelo autoritarismo e pela centralização. A permanência da colonialidade apontada por Quijano (2005), mesmo após o fim do colonialismo não permitiu o nascimento de um cidadão com a mesma configuração do europeu. De acordo com Dagnino (2004), o próprio processo de democratização que se desenvolveu paralelamente às transformações político-econômicas neoliberais enfrenta contradições, limites e dilemas, não ocorrendo em ritmo igual em todas as partes do globo. Desse modo, é difícil que se busque desenvolver no Brasil uma gestão social baseada nos valores da democracia liberal moderna do Estado Europeu.

Este estudo traz a proposta da superação da ideia de modernidade e adoção da trans-modernidade apresentada por Dussel (2002a, 2002b, 2003, 2005), a qual ao permitir um olhar do mundo como um todo multicultural, pluralista, tolerante, que transcende o eurocentrismo, pode possibilitar a construção de uma democracia que abarque tais fatores e que não tente encaixar em diretrizes pré-concebidas as diversidades existentes entre os países.

No que cabe à gestão social, especificamente, a adoção da trans-modernidade pode permitir a elaboração de um conceito que de fato se distancie da gestão tradicional e que possa contribuir com a construção de conhecimento e práticas que atuem de encontro à universalidade excludente eurocêntrica. Não se trata aqui de um enclausuramento nas realidades locais ou regionais, mas de uma possibilidade de os pesquisadores latino-americanos poderem pensar uma gestão social que não seja baseada, *a priori*, nos valores da democracia liberal. Trata-se de abrir a oportunidade para uma construção que leve em conta o mundo não europeu. Desse modo, é uma ampliação do conceito, não uma redução.

Nesse sentido, a dificuldade em constituir uma delimitação para o campo de gestão social, pode ser inserida, em parte, na dificuldade geral encontrada em diversos campos das ciências sociais em “formular alternativas teóricas e políticas à primazia total do mercado, cuja defesa mais coerente foi formulada pelo neoliberalismo”, conforme exposto por Lander (2005, p. 13). Contudo, a partir do momento que se passa a entender o neoliberalismo como um discurso econômico de um modelo civilizatório (Lander), torna-se mais fácil posicionar a gestão social e buscar alternativas que não sejam somente adaptativas dentro do mesmo modelo.

Na medida em que o campo da gestão social é visto com o foco não exclusivamente no econômico, percebe-se que o entendimento do tema como uma estratégia de humanização para geração de riqueza (Carrion, 2009) não possibilita uma ruptura da lógica capitalista, mas, pelo contrário, uma adaptação para atuar dentro dela. Tal percepção comporta uma maior delimitação do campo de atuação da gestão social e também da lógica que está por trás dele. Assim, para que se construa um conceito que supra o esgotamento das teorias organizacionais tradicionais, faz-se necessário pensar a gestão

social fora do modelo civilizatório eurocêntrico, caso contrário se estará correndo o risco de reproduzir os mesmos discursos com roupagens diferentes.

A proposta de uma nova visão de gestão social igualmente precisa levar em consideração que a modernidade, ao se autodescrever como mais desenvolvida e superior, infligiu a necessidade moral de desenvolvimento aos povos que considerava primitivos, bárbaros, rudes (falácia desenvolvimentista). Dessa forma, o que ocorreu foi um desenvolvimento unilinear, que em último caso, admitiu inclusive o uso de violência para destruir os obstáculos à modernização. Tal forma de dominação produziu vítimas (das mais variadas maneiras) e as culpou pela incapacidade de inserção no processo civilizatório (Dussel, 2005). Por fim, a interpretação de inevitáveis, todos os sacrifícios e sofrimentos, em nome da modernização, gerou um processo de exclusão ao redor do mundo, que se ampliou significativamente, principalmente nos últimos trinta anos.

Visto isso, é difícil que se avance em relação à construção do campo de gestão social como alternativa à gestão tradicional, com a ausência de busca pela problematização do eurocentrismo, da sua ideia de modernidade e, fundamentalmente, da sua visão de desenvolvimento. Seu olhar acerca deste último relega à obscuridade justamente outras esferas da vida que não a econômica, como a social, que é precisamente o ponto de partida apontado pelos diversos autores para a construção do campo de gestão social.

A libertação do sujeito rumo a práticas que privilegiem o social passa pela razão libertadora apontada por Dussel (2005) e sua capacidade de percepção de tudo aquilo que foi negado pela modernidade, pelo eurocentrismo. De acordo com o autor (p. 29) “[...] apenas quando se nega o mito civilizatório e da inocência da violência moderna se reconhece a injustiça da práxis sacrificial fora da Europa (e mesmo na própria Europa) e, então, pode-se igualmente superar a limitação essencial da ‘razão emancipadora’”. Assim, a universalidade excludente precisa ser trazida à tona para que se possa pensar em acabar com a exclusão, para que se possa considerar a gestão social como uma gestão que emerge para transcender a lógica de atuação da gestão tradicional anglo saxônica, para realizar o que ela declarou impossível.

A proposta deste ensaio, portanto, é de que a gestão social transcenda os estudos organizacionais tradicionais; não caiba de fato, em seu escopo, mas que seja capaz de ampliar a visão de gestão para além do desenvolvimento econômico, para além do eurocentrismo.

4. Considerações Finais

Pode-se observar, a partir do presente estudo, que há uma significativa diversidade na forma de tratar a gestão social, tanto no que se refere à amplitude do campo, quanto à lógica de atuação. Portanto, como forma de colaborar para uma maior clareza na definição da área buscou-se trazer o suporte dos estudos latino-americanos de maneira a distanciar a gestão social do eurocentrismo e, assim, da universalização excludente da episteme moderna.

Este trabalho não visa invalidar os estudos realizados sobre a gestão social pelos mais diversos autores, sem os quais não existiria um ponto de partida para definição do campo. O avanço rumo à construção de alternativas à gestão tradicional passa, fundamentalmente, pelo diálogo entre os pesquisadores. Esse é o objetivo primordial deste ensaio – o de dialogar com os estudiosos de gestão social para que se chegue a uma contribuição teórica capaz de transcender a lógica dominante e excludente que perpassa o modelo hegemônico (desenvolvimentista, eurocêntrico, etnocêntrico) neoliberal.

Nesses termos, defende-se aqui a postura de que a gestão social deve ser abordada não somente como portadora de uma lógica própria e independente do regime de acumulação capitalista, como também para além da episteme eurocêntrica. Entretanto, isso não significa que se deva ignorar a existência do sistema-mundo, mas que se perceba a colonialidade de poder exercida em seu escopo, para que se possa transcendê-la. O desvelar da colonialidade é fundamental para que não ocorra um

reducionismo em relação à lógica capitalista. Não obstante, a episteme mundial não pode basear-se em experiências particulares se não se quer que a “boa vida” seja relegada a territórios ou a grupos específicos no sistema mundial.

Por fim, este estudo é apenas mais um ponto de partida na busca pela teorização da gestão social – trata-se de um convite para enxergarmos os autores latino-americanos com o mesmo respeito e a credibilidade com que olhamos os autores europeus e norte-americanos. É um convite para olharmos os mais diversos povos e culturas, e seus modos de civilização, com o mesmo respeito historicamente demonstrado com relação ao pensamento ocidental e europeu.

Referências

Ball, S. J. (2004). Dossiê Globalização e Educação: precarização do trabalho docente. Performatividade, privatização e o pós-Estado do bem-estar. *In: Educação e Sociedade*. Campinas, v. 25, n. 89, set./dez. (pp. 1105-1126). Retirado em 03 de agosto de 2012, a partir de <http://www.scielo.br/pdf/es/v25n89/22613.pdf>.

Boullosa, R.; Schommer, P. C. (2008) Limites da Natureza da Inovação ou Qual o Futuro da Gestão Social? Anais do XXXII ENANPAD – Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração. Rio de Janeiro: **Anpad**. (pp. 67-94).

Boullosa, R. F.; Schommer, P. C. (2009). Gestão Social: Caso de Inovação em Políticas Públicas ou mais um Enigma de Lampedusa? *In: RIGO, A. S. et al (Orgs). (2009). Gestão Social e Políticas Públicas de Desenvolvimento: ações, articulações e agenda*. Recife: UNIVASF. (p p. 67-94).

Cançado, A. C.; Tenório, F. G.; Pereira, J. R. (2011). Gestão social: reflexões teóricas e conceituais. **Cadernos EBAPE.BR** (FGV), v. 9, n. 3, Rio de Janeiro. (pp. 681-703).

Carrion, R. M. (2009a). A Contribuição da Gestão Social para o Desenvolvimento. **XI Colóquio Internacional sobre o Poder Local**. Salvador, BA. (pp. 12).

Carrion, R. M. (2009b). O papel das organizações não governamentais de países de modernidade periférica na governança mundial. **Plano de Estudos para Pós-Doutorado**. Enviado ao: *Laboratoire - Développement et société* da Universidade Sorbonne, Paris.

Carrion, R. M.; Costa, P. A. (2010). Governança Democrática, Participação e Solidadriedade: Entre a Retórica e a Práxis. *In: Espacio Aberto Cuaderno Venezolano de Sociología*. Vol. 19, n. 4, outubro-diciembre, Caracas. (pp. 621-640).

Carrion, R. M. (2012). **Em Análise a Contribuição dos Recursos da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento de Cabo Verde**. Projeto Individual de Pesquisa. NIPETS/PPGA/UFRGS. (pp. 3).

Ckagnazaroff, I. B, etal. (2007). Relação entre ONG e o Estado: um estudo de parceria. *In: Anais do XXXI Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*. Rio de Janeiro: **EnANPAD, 2007**. (pp. 1-16).

Coronil, F. (2005) Natureza do pós-colonialismo: do eurocentrismo ao globocentrismo. *In: Lander, E. (Org.). (2005). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas*. Coleccion Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro. (pp. 50-62).

Dagnino, E. (2004). Construção Democrática, Neoliberalismo e Participação: os dilemas da confluência perversa. **Política & Sociedade**, Revista de Sociologia Política, Florianópolis, v. 1, n. 5. (pp. 137-161).

Dussel, E. (2002a). *World-System and Trans-Modernity*. **Nepantla: Views from the South** 3 (2). (pp. 221-244). Retirado em 10 de julho de 2012, a partir de <http://muse.jhu.edu/journals/nepantla/v003/3.2dussel.pdf>.

Dussel E. (2002b). **Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão**. Petrópolis: Vozes. (pp. 18-99).

Dussel E. (2003). *Philosophy in Latin America in the Twentieth Century: Problems and Currents*. In: Mendieta, E. (Ed.). (2003). **Latin American Philosophy: currents, issues, debates**. Bloomington: Indiana University Press. (pp. 11-50).

Dussel, E. (2005). Europa, modernidade e eurocentrismo. In: Lander, E. (Org.). (2005). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas**. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro. (pp. 24-32).

Fischer, T. et.al. (2006). Perfis visíveis na gestão social do desenvolvimento. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 40, n. 5. (pp. 789-808).

Fischer, T. (2011). Gestão social do desenvolvimento territorial como campo de educação profissional. In: Schommer, P. C; Boullosa, R. F. (Orgs.). (2011). **Gestão social como caminho para redefinição da esfera pública**. Florianópolis: UDESC Editora (Coleção Enapegs, v. 5). (pp. 199-209).

França Filho, G. C. (2003). Gestão Social: Um Conceito em Construção. In: **IX Colóquio Internacional Sobre Poder Local - II Colóquio Internacional *El Análisis de las Organizaciones y la Gestión Estratégica: Perspectivas Latinas***. Salvador-Bahia-Brasil. (pp. 1-6).

França Filho, G. C. (2008). Definindo gestão social. In: SILVA JR., J. T.; MÂSIH, R. T.; CANÇADO, A. C.; SCHOMMER, P. C. (Orgs.). (2008). **Gestão social: práticas em debate, teorias em construção**. Juazeiro do Norte. (pp. 27-37).

Habermas, J. (1992). **Teoría de la acción comunicativa: crítica de la razón funcionalista**. Tomo II. Madrid: Taurus Humanidades. (pp. 161-280).

Habermas, J. (2003). **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, v. 2. (pp. 9-121).

Lander, E. (2005). Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêtricos. In: Lander, E. (Org.). (2005). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas**. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro. (pp. 8-23).

Liguori, G. (2003). Estado e sociedade civil: entender Gramsci para entender a realidade. In: Coutinho, C. N.; Teixeira, A. P. (Orgs.). (2003). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (pp. 189-200).

Medeiros, R. S. (2007). Crítica e resignação nas atuais relações entre ONGs e o Estado no Brasil. In: Dagnino, E.; Tatagiba, L. (Orgs.). (2007). **Democracia, sociedade civil e participação**. Chapecó: Argos. (pp. 167-202).

Mignolo, W. D. (2005). A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: Lander, E. (Org.). (2005). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas**. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro. (pp. 33-49).

Oliveira, V. A. R.; Cançado, A. C.; Pereira, J. R. (2010). Gestão social e esfera pública: aproximações teórico-conceituais. **Cadernos EBAPE.BR** (FGV), v. 8, n. 4. Rio de Janeiro. (pp. 613-626).

Porto-Gonçalves, C. W. (2005). Apresentação da edição em português. In: Lander, E. (Org.). (2005). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas**. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro. (pp. 3-5).

Pinho, J. A. G. (2009). Gestão Social: conceituando e discutindo os limites e possibilidades reais na sociedade brasileira. In: Rigo, A. S.; et al. (Orgs.). (2009). **Gestão Social e Políticas Públicas de Desenvolvimento: ações, articulações e agenda**. Recife: UNIVASF. (pp. 25-56).

Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Lander, E. (Org.). (2005). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas**. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro. (pp. 107-130).

Schommer, P. C.; Boullosa, R. F. (2011). Fronteiras de aprendizagem da gestão social. In: SCHOMMER, Paula Chies; BOULLOSA, Rosana Freitas (Orgs.). **Gestão social como caminho para redefinição da esfera pública**. Florianópolis: UDESC Editora (Coleção Enapegs, v. 5). (pp. 9-14).

Tenório, F. G. (2008). (Re)Visitando o Conceito de Gestão Social. In: Silva JR., J. T.; et al. (Orgs.). (2008). **Gestão social: práticas em debate, teorias em construção**. Juazeiro do Norte. (pp. 39-59).

Tenório, F. G. (2009). Gestão Social: uma réplica. In: Rigo, A. S.; et al. (Orgs.). (2009). **Gestão Social e Políticas Públicas de Desenvolvimento: ações, articulações e agenda**. Recife: UNIVASF. (pp. 57-62).

Notas

¹ Doutoranda em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - PPGA-EA/UFRGS; Mestre em Administração pela mesma Universidade. E-mail: bvmartins@ea.ufrgs.br

² Professora-Associada da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Programa de Pós-Graduação em Administração, PPGA-EA/UFRGS; Pós-Doutora em Estudos do Desenvolvimento pela Université Paris I/IEDES; Doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/PPGA. E-mail: rsmcarrion@ea.ufrgs.br

³ A modernidade é tida como compreendendo os últimos cinco séculos (até a queda do muro de Berlim em 1989) e é retratada como a visão de mundo projetada a partir de Descartes (renascimento italiano) e consolidada com a Revolução Industrial. Relaciona-se ao desenvolvimento do capitalismo e à episteme e modo de vida europeus (DUSSEL, 2005).

⁴ “Um sistema mundo não é o sistema do mundo, mas um sistema que é um mundo e que pode ser, e frequentemente tem sido, localizado numa área menor que o globo inteiro. Uma análise de sistemas mundiais argumenta que as unidades da realidade social dentro das quais nós operamos, cujas regras nos restringem, são na maioria tais sistemas mundos” (VOIGT, 2007; *apud* WALLERSTEIN, 2004).

⁵ Sobre colonialismo ver Quijano (2009, p. 73).

⁶ Para Dussel (2002^a) a pós-modernidade articula respeito por outras culturas, em termos de sua incomensurável diferença e autonomia, mas ignora sua positividade e a exclusão dessas culturas pelo processo colonial do início da modernidade.

⁷ O eurocentrismo, segundo Dussel (2002a, 2002b) não se localiza somente nos limites geográficos da Europa, mas em países que são continuidades extra-territoriais da Europa em sua filosofia, modo de viver, como os Estados Unidos.

⁸ Definição em Schommer e Boullosa (2011, p. 9).

⁹ Para definição de esfera pública ver Habermas (2003, p. 92).

¹⁰ Mais sobre esses dois níveis de análise em França Filho (2003; 2008).